

Comissão da Câmara muda Código Florestal...

Sob protestos de

estudantes, ONGs e até do ministro do Meio Ambiente

# Ruralistas vencem ambientalistas

Romário Schettino  
Da equipe do Correio

Os ruralistas venceram a primeira queda-de-braço com os ambientalistas e conseguiram aprovar ontem, na Câmara, projeto modificando a medida provisória que altera o novo Código Florestal brasileiro. Com a mudança, passa a ser legal o desmatamento de até 50% das terras na Amazônia e de até 80% das áreas do cerrado. A aprovação ocorreu sob um surdo protesto dos ambientalistas, que foram impedidos por seguranças de entrar no auditório da Ala Nilo Coelho, do Senado, onde era discutido e votado o projeto de con-

versão da MP. Com esta aprovação, a Comissão Mista derrubou a proposta do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que era mais flexível. O novo Código vai a plenário no dia 27 deste mês, podendo ainda sofrer emendas.

Até o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, protestou e garantiu que vai trabalhar para reverter a posição da Comissão: "A proposta do Conama é a proposta da sociedade brasileira", disse o ministro. "Nós perdemos

"PERDEMOS UMA BATALHA. A GUERRA, VAMOS GANHAR"

Sarney Filho,  
ministro do Meio Ambiente

uma batalha, mas a guerra tenho certeza absoluta de que vamos ganhar." O projeto aprovado fixa em 50% a reserva legal em áreas de floresta e em 20% nas áreas de cerrado. Na prática, a proposta diminui a porção intocável da cobertura vegetal a ser protegida em propriedades rurais. A proposta do Conama fixava em 80% a mata nativa a ser preservada na Amazônia e em 35% como reserva legal para o cerrado na região amazônica.

Para o deputado Moacir Michelletto (PMDB-PR), da bancada ruralista e autor do projeto aprovado, não são os burocratas em Brasília que vão definir as áreas a serem preservadas.

"São os técnicos, os engenheiros, os biólogos e a comunidade que têm que fazer isso, sob o comando dos órgãos públicos locais e federal."

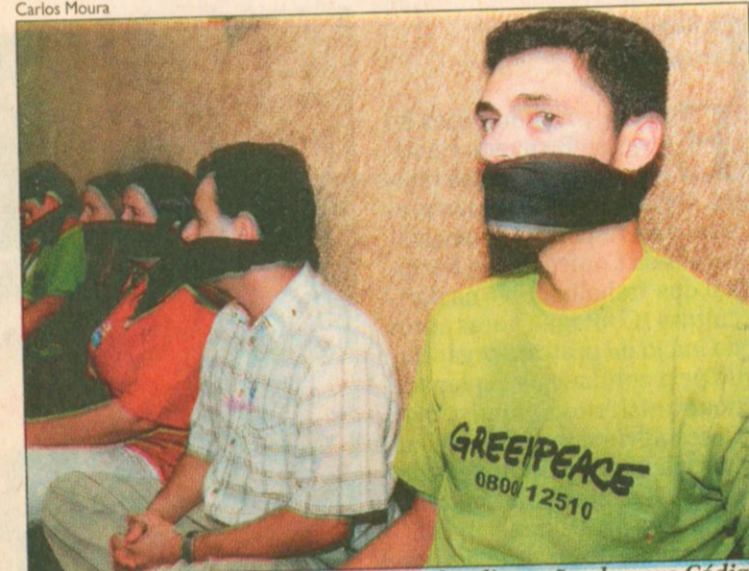
Sarney Filho discorda. "O setor rural não deve tentar resolver seus problemas, que são estruturais, prejudicando o meio ambiente. A agricultura deve buscar soluções por meio de mecanismos de financiamento." Ele acrescentou que os dados estatísticos demonstram uma redução de 10% das áreas de agricultura no país, mas que isso aconteceu voluntariamente e com aumento de produtividade. "Isto nos confirma que o problema não é de espaço", diz ele.

## SOCOS E CACETADAS

Nos corredores de acesso ao auditório, ambientalistas do Greenpeace, do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e do Instituto Sócio Ambiental (ISA) sentavam com uma tarja preta na boca para denunciar o cerceamento. Eles foram impedidos de entrar pelo presidente da Comissão Mista, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Mas os ambientalistas, na verdade, estavam mais irritados pelo fato de a proposta ter sido posta

Carlos Moura



Ambientalistas amordaçados: longe das discussões do novo Código

em votação no dia em que se votava o valor do novo salário mínimo. "Houve uma barganha política entre governo e ruralistas", acusava Flávio Montiel, diretor do Greenpeace.

Mas ele garante que a pressão vai aumentar, agora sobre o presidente Fernando Henrique Cardoso, para que não reedite a medida provisória, cujo prazo de validade termina depois de amanhã. Dessa forma, Montiel acredita que o projeto de conversão aprovado ontem perde a validade e tudo volta à estaca zero. "Nós não podemos aceitar o Código como foi aprovado, porque seria um desastre em termos ambientais e econômicos para o país", diz ele.

Estudantes do curso de Enge-

nharia Florestal da Universidade de Brasília (UnB) que tentaram protestar contra a aprovação do parecer de Michelletto entraram em choque com policiais. No confronto, que ocorreu nas imediações do espelho d'água do Congresso, Ricardo Flores Haidar levou um soco no olho e Cláudio Rocha dos Santos apanhou de cassetete. Os estudantes tentavam plantar mudas de mogno e pau-ferro no local.

Para dispersá-los, a segurança do Congresso ameaçou chamar a Tropa de Choque da Polícia Militar. O reforço só não chegou por causa da interferência de deputados, como Nilmário Miranda (PT-MG), ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

## O PARECER

### Proposta de Michelletto

- Retira a atual proteção legal da floresta, que hoje é de 80% na Amazônia e 50% no Cerra, passando para 50% na Amazônia e 25% no Cerrado.
- Dispensa da obrigatoriedade de recomposição da reserva legal nas propriedades com até 25 hectares
- Reduz o índice de reserva legal na Amazônia, que poderá chegar a 25%
- Reduz a reserva legal também no Cerrado e Mata Atlântica, que pode chegar a 12,5%

### Posição dos ambientalistas

- Defendem a necessidade de preservação da capacidade florestal da Amazônia para as atividades madeireiras e extrativistas
- Não converter outras florestas em terras agrícolas sem que haja ocupação e a plena produção nas áreas já desmatadas na Amazônia — 165 mil km<sup>2</sup>
- A ampliação de mecanismos fiscais e a criação de mecanismos econômicos de estímulo ao cumprimento dos índices de reserva legal pelos proprietários, baseados na isenção do Imposto Territorial Rural.